

PROJETO DE LEI Nº DE 2011
(Do Sr. Guilherme Mussi)

Dispõe sobre a criação da “Loteria da Saúde” destinada a manutenção e custeio da Saúde em específico do Sistema Único da Saúde - SUS.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º - Esta lei dispõe sobre a criação da “Loteria da Saúde”, concurso de prognóstico específico sobre o resultado de sorteio de números ou símbolos, regido pelo Decreto Lei nº 204 de 27 de fevereiro de 1967.

§ 1º - O concurso de prognóstico que trata o **caput** será autorizado pelo Ministério da Fazenda e executado pela Caixa Econômica Federal.

§ 2º - A receita líquida decorrente da realização do concurso que trata o **caput** será gerida pelo Ministério da Saúde, o qual manterá conta específica para esse fim, e financiará as Ações e Programas do Sistema Único de Saúde - SUS.

Artigo 2º - Para os fins do disposto no § 2º do art. 1º, 35% (trinta e cinco por cento) de toda receita proveniente do concurso será destinada a manutenção e custeio da Saúde.

Artigo 3º - Os recursos já destinados terão como destinação principal manter, custear e equipar o Sistema Único de Saúde – SUS para melhor atendimento à população e melhores condições de trabalho aos profissionais da Saúde.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Considerando a precariedade do Sistema Único da Saúde – SUS;

Considerando a importância do envio de recursos para a Saúde;

Nosso país vive constantemente uma grande precariedade na Saúde de modo geral, tanto para o atendimento da população quanto para o desenvolvimento das atividades técnicas para os profissionais da Saúde, que sequer, em muitos casos, dispõem de materiais adequados e medicamentos para o desempenho das suas profissões.

Sabemos que essa precariedade não atinge somente uma região em específico, e sim o sistema da Saúde em sua totalidade. Para reforçar o relatado, transcrevemos reportagem do jornal Folha de São Paulo de 25 de outubro de 2011, que retrata os problemas do Sistema Único de Saúde para os profissionais da Saúde:

“25/10/2011 - 11h12 - Atendimento no SUS é paralisado em 21 Estados do Brasil:

Atendimentos médicos em unidades do SUS (Sistema Unificado de Saúde) estão paralisados nesta terça-feira em 21 Estados do Brasil, em protesto dos médicos contra as baixas remunerações e as más condições de trabalho na rede pública. Ficarão interrompidos as consultas, cirurgias e exames agendados--estão garantidos os atendimentos de emergência e urgência.

A paralisação durante todo o dia de hoje está confirmada nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Sergipe.

No Estado do Piauí, a paralisação vai durar três dias. Em São Paulo e em Santa Catarina, somente algumas unidades param e por poucas horas.

Em São Paulo, estão confirmadas paralisações nos hospitais Emílio Ribas, Hospital do Servidor Estadual e no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Em Santa Catarina, os médicos vão parar por apenas uma hora.

No Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins a rede não para --serão feitos apenas protestos e manifestações.

"O SUS é um projeto ambicioso e moderno que serve de exemplo para outros países, mas nós temos problemas. A intenção do protesto não é prejudicar a população, mas chamar a atenção dos poderes Executivo e Legislativo para que se comprometam com o financiamento da saúde pública", disse Jorge Cury, vice-presidente da AMB (Associação Médica Brasileira).

Com nome de "Movimento Saúde e Cidade em Defesa do SUS", as manifestações são organizadas por uma comissão composta

por representantes do CFM (Conselho Federal de Medicina), da AMB (Associação Médica Brasileira) e da Fenam (Federação Nacional dos Médicos).

REIVINDICAÇÕES

Uma das pautas da mobilização é o reajuste dos honorários médicos. Segundo a Fenam, o salário-base médio de um médico no SUS é de R\$ 1.946,91, variando de R\$ 723,81 a R\$ 4.143,67. O vencimento básico, que representa cerca de 50% do pagamento ao médico, deveria ser R\$ 9.688, segundo cálculos feitos pela federação.

As entidades apontaram outra deficiência da rede pública: a queda no número de leitos normais e de UTI. Entre 1990 e 2011, o país perdeu cerca de 203 mil leitos no SUS, segundo dados apresentados pela comissão.

Aloísio Tibiriçá, 2º vice-presidente do CFM, relembrou o movimento dos médicos no mês passado, em defesa de melhores honorários nos planos de saúde, e comparou os dois sistemas --o público e o privado. "Os planos de saúde gastam 55% de toda verba em saúde para atender a 25% da população. E o SUS, que atende a 75% dos brasileiros, usa 45% do que é gasto em saúde no país."

"Com a mobilização queremos chamar a atenção das autoridades para a **necessidade de mais recursos para a saúde, melhor remuneração para os profissionais e melhor assistência à população**", afirma Tibiriçá.

SÃO PAULO

Para chamar atenção para o movimento, médicos vão "envelopar" com a bandeira do Brasil a sede da APM (Associação Paulista de Medicina), no bairro da Bela Vista, centro de São Paulo.

Depois, farão protesto na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de São Paulo para denunciar as más condições de

trabalho. Na rede estadual, salário é de R\$ 1.700 e, na capital, de R\$ 2.200 para 20 horas semanais.” **Grifo nosso.**

Podemos ver claramente que um dos motivos principais da paralisação é a **precariedade** do sistema de modo geral.

Vejam que se trata de um assunto muito sério, não podemos mais admitir que pessoas morram nas filas de hospitais na espera de transplantes e atendimentos médicos. Não podemos assistir passivamente que nossas crianças morram nas filas aguardando atendimento médico.

A saúde está sucateada onde há falta de hospitais e falta de postos de saúde, e em lugares onde existem hospitais e postos de saúde a população não é bem assistida por falta de equipamentos hospitalares, bem como as ambulâncias, que encontram-se em estado lastimável em muitas regiões.

Outro fator importante que cabe ressaltar é sobre a possível volta da CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentações ou Transmissão de Valores ou Créditos e Direitos de Natureza Financeira. Muitos defendem a volta deste imposto à população para financiamento da Saúde. Com a aprovação deste projeto, a Saúde será contemplada sem qualquer criação de imposto.

Realmente, o país necessita de mais investimentos e recursos para a saúde, mas não podemos admitir a volta deste imposto denominado como CPMF, é injusto com a população que já paga tantos impostos. A nosso ver seria primordial se o Governo cortasse gastos excessivos e investisse mais na Saúde.

Esperamos colaborar para o aprimoramento da Saúde, principalmente para a melhora do Sistema Único de Saúde – SUS com a criação da “Loteria da Saúde”.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2011.

GUILHERME MUSSI
Deputado Federal – PV/SP